

Boletim



REDE JUBILEU SUL BRASIL

Coordenação da “Auditoria Cidadã da Dívida” – nº 19 – 6 de março de 2009



Vejam neste Número

Criada a CPI da Dívida na Câmara dos Deputados

Lutar para a instalação imediata da CPI, e para a investigação dos inúmeros indícios de ilegalidades do endividamento público brasileiro, especialmente em um momento de crise financeira global (pág 5)

Crise Financeira: explode a dívida interna de curto prazo

Fuga de capitais leva investidores a exigir juros mais elevados e prazos cada vez menores para rolar a dívida (pág 6).

Sociedade civil mostra a verdadeira face do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): motor da desigualdade

Artigo da Rede Brasil – pág 14

Auditoria Cidadã da Dívida

Coordenação: Maria Lucia Fattorelli

Responsável técnico pelo Boletim

Rodrigo Vieira de Ávila

Contato: (61) 8147-1196

auditoriacidada@terra.com.br

www.divida-auditoriacidada.org.br

Rede Jubileu Sul Brasil

Contato: (11) 3112-1524

jubileubrasil@terra.com.br

www.jubileubrasil.org.br

Números da Dívida em 2008:

Vejam quanto o país pagou de juros, quanto a dívida cresceu, e quanto foi destinado às áreas sociais. (pág 2)

Reforma Tributária: ameaça à Seguridade Social e privilégio aos rentistas

A Reforma Tributária em discussão no Congresso Nacional fragiliza a Seguridade Social, conquista histórica da Constituição de 1988 (pág 8).

Reforma Tributária prejudica ainda mais as Mulheres

Artigo do CFEMEA – pág 10

Os resultados da Auditoria da Dívida equatoriana

- Dias 12 a 14 de novembro de 2008, foi realizado em Brasília Seminário Internacional para divulgar os resultados da auditoria equatoriana, e as auditorias que surgem no continente (pág 11)

- No Fórum Social Mundial 2009, foi realizado o Seminário “Auditoria da Dívida na América Latina e a CPI da Dívida no Brasil” (pág 12)

- Equador suspende pagamentos aos bancos privados internacionais e conclama demais países a também auditarem suas dívidas (pág 13)

Paraguai também fará auditoria da dívida

A auditoria da dívida de Itaipu pode beneficiar também o Brasil, que também está arcando com o pagamento de uma dívida ilegítima aos rentistas. (pág 16)

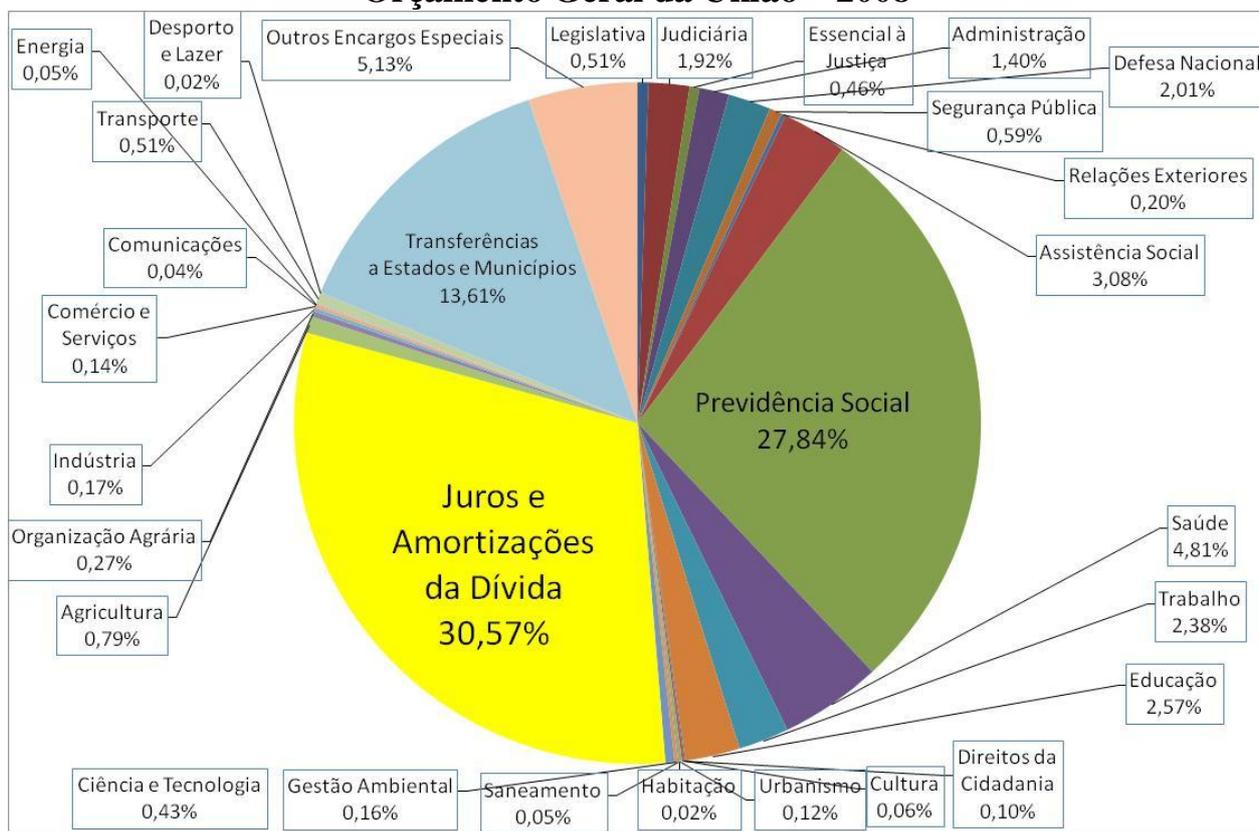
Números da Dívida em 2008

Vejam quanto o país pagou de juros em 2008, quanto as dívidas interna e externa cresceram, e quanto foi destinado às áreas sociais.

De janeiro até dezembro de 2008, os governos federal, estaduais e municipais geraram um superávit primário - isto é, a economia de recursos para o pagamento das dívidas externa e interna, obtida por meio de aumento de arrecadação de tributos e corte de gastos públicos - equivalente a R\$ 118 bilhões ou 4,07% do PIB (Produto Interno Bruto, que representa toda a riqueza produzida no País em 2008). Porém, este superávit não foi suficiente para pagar nem os juros da dívida pública vencidos no período, que atingiram R\$ 162 bilhões, enquanto as amortizações representaram R\$ 172 bilhões¹. Para complementar esses pagamentos, todos os investimentos e gastos públicos de todas as esferas da federação foram sacrificadas.

Analisando-se a execução do Orçamento Federal em 2008, podemos ver a distribuição de recursos (que somaram, no total, R\$ 924 bilhões) apresentada no gráfico abaixo. As despesas com o serviço da dívida (juros mais amortizações, exclusive o refinanciamento) consumiram 30,57% dos recursos do período, ou seja, o equivalente a R\$ 282 bilhões, e foram muitas vezes superiores aos gastos com áreas sociais fundamentais, como saúde (4,81%), educação (2,57%) e assistência social (3,08%). Além disso, é quase nulo o valor destinado a setores importantes como Organização Agrária (com apenas 0,27% dos gastos), Transporte (0,51%), Ciência e Tecnologia (0,43%), Habitação (0,02%) e Saneamento (0,05%).

Orçamento Geral da União – 2008



Fonte: SIAFI - Orçamento Geral da União – Sistema Access da Câmara dos Deputados. Não inclui o “refinanciamento” da dívida, ou seja, o pagamento de amortizações realizado por meio da emissão de novos títulos.

Nota: Os gastos com servidores ativos se distribuem pelas áreas sociais nas quais eles atuam. Os servidores inativos e pensionistas estão alocados na “Previdência Social”.

O valor correspondente ao refinanciamento da dívida, ou seja, o pagamento de títulos que estão vencendo mediante a emissão de novos títulos (a chamada “rolagem da dívida”), não está representado no

¹ Os valores do superávit primário (R\$ 118 bilhões) e de juros pagos (R\$ 162 bilhões) se referem à soma das esferas federal, estadual e municipal, e foram retirados da Nota Para a Imprensa de Política Fiscal, do Banco Central, disponível na página <http://www.bcb.gov.br/ftp/notaecon/ni200901pfp.zip>, planilha em excel, quadro 2. O valor de R\$ 172 bilhões de amortizações foi retirado do SIAFI, e somente inclui a esfera federal.

gráfico. Caso considerássemos tal refinanciamento, as despesas com a dívida chegariam a 47% do total! As despesas com o mencionado refinanciamento devem ser consideradas, uma vez que também representam gastos do governo com a dívida e seu significativo montante demonstra como o governo está dependente do “mercado financeiro”, que mensalmente exige condições onerosas para rolar dezenas de bilhões de reais em títulos. Este tem sido o principal trunfo do “mercado financeiro” para ditar a política econômica, uma vez que, a qualquer sinal de mudança na gestão da dívida pública, ameaçam com a elevação do “risco-país” ou com fuga de capitais, tornando mais difícil a “rolagem” da dívida, como o ocorrido desde o início da atual crise financeira internacional (ver matéria da página 6). Por esta razão, o debate sobre o tema da dívida pública tem sido retirado de pauta pelo governo e pela grande mídia que defende interesses financeiros, e é apresentada falsamente como “uma questão resolvida”.

Contas externas

Com relação às contas externas, em 2008 o saldo na balança comercial (US\$ 24,7 bilhões) não foi suficiente para cobrir sequer as remessas de lucros das multinacionais, que explodiram ano passado, atingindo US\$ 33,8 bilhões. Os juros da dívida externa atingiram US\$ 7 bilhões, e os serviços contratados do exterior (aluguel de equipamentos importados, viagens internacionais, uso de navios estrangeiros, etc) somaram US\$ 16 bilhões. Como resultado, houve um grande déficit em transações correntes (de US\$ 28 bilhões), cobertos pela entrada de US\$ 30 bilhões de “investimento direto estrangeiro” que, porém, gerarão mais remessas de lucros no futuro.

A dívida externa cresceu US\$ 26,5 bilhões em 2008, atingindo US\$ 267 bilhões². Tal crescimento se deveu principalmente aos chamados “empréstimos intercompanhias”, ou seja, empréstimos feitos pelas multinacionais às suas filiais no Brasil. Um detalhe importante é que o governo exclui este tipo de empréstimo da contabilidade dívida externa, razão pela qual a grande imprensa não noticiou este grande crescimento do débito externo brasileiro ano passado.

Com a crise financeira, iniciou-se uma grande fuga de capitais, pois os investidores estrangeiros preferem aplicações consideradas como “mais seguras”, como títulos do Tesouro dos EUA, e também precisam retirar seus recursos daqui para cobrir seus prejuízos em seus países de origem. Com a crise, a oferta de financiamentos externos também se reduz, impedindo que as empresas privadas rolem suas dívidas externas.

Nesta situação, o próprio Banco Central começou a ofertar reservas cambiais brasileiras em operações de empréstimo a exportadores e empresas privadas endividadadas no exterior, além de intervir no mercado de câmbio, ofertando dólares para tentar baixar a cotação da moeda americana, sancionando a fuga de capitais. Como resultado, de setembro/2008 a janeiro/2009, as reservas cambiais caíram US\$ 17 bilhões (de US\$ 205 bilhões para US\$ 188 bilhões³). Recentemente, o Banco Central anunciou uma nova linha de crédito de até US\$ 36 bilhões para as empresas privadas que não estão conseguindo rolar suas dívidas, o que beneficiará cerca de 4 mil empresas brasileiras ou até mesmo multinacionais, que pagarão juros de 1,5% mais a taxa Libor, o que significa uma taxa de juros de cerca de 5% ao ano. Importante ressaltar que essa taxa é bem menor que a taxa paga pelo governo para adquirir os dólares das reservas cambiais, ou seja, a taxa Selic (atualmente em 12,75%), pois as reservas são acumuladas às custas da emissão de títulos da dívida interna.

Esta é mais uma prova de que a dívida externa “privada” é um fardo para o povo brasileiro, e que as alternativas à crise financeira devem incluir o controle sobre os fluxos de capital e a auditoria da dívida.

O resultado do Banco Central em 2008

Nos últimos anos, a política de acumulação de reservas cambiais causou imenso prejuízo ao Banco Central (BC) que, ao deter tamanha quantidade de dólares, acabou por manter em seu patrimônio uma

² Ver <http://www.bcb.gov.br/ftp/NotaEcon/NI200902sep.zip> , planilha em excel, quadro 49.

³ Ver <http://www.bcb.gov.br/ftp/NotaEcon/NI200902sep.zip> , planilha em excel, quadro 45.

moeda que estava se desvalorizando frente ao Real. Por outro lado, ganhou quem estava na outra ponta da operação, vendendo os dólares ao BC: os grandes investidores, bancos e exportadores que, ao venderem seus dólares, estavam, na realidade, se livrando de um “mico”, ou seja, transferindo para o BC o prejuízo que teriam caso mantivessem moeda estrangeira que estava se desvalorizando em seu poder. E quem pagou esta farra? Você! Tais prejuízos do BC são cobertos pelo Tesouro, ou seja, por toda a sociedade brasileira.

Com a crise financeira, o dólar voltou a se valorizar frente ao real, o que poderia reverter esta situação, causando prejuízo aos investidores, que haviam aplicado seus recursos no Brasil (em títulos da dívida interna, ou ações na bolsa de valores). Porém, para impedir o prejuízo destes investidores, o Banco Central começou a executar as chamadas “Operações de swap cambial”, que, apesar do nome complicado significa, em bom português, o ressarcimento, com dinheiro público, dos prejuízos dos investidores com a subida do dólar.

Devido à subida do dólar, o Banco Central apresentou um expressivo resultado positivo em 2008, de R\$ 126 bilhões⁴, que deveriam ser repassados ao Tesouro, para compensar os enormes prejuízos dos anos anteriores. Porém, de todo este dinheiro, nenhum centavo irá para as áreas sociais: todo ele tem de ser destinado exclusivamente ao pagamento da dívida!

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF, ou Lei Complementar nº 101/2000), que estabelece limites para todos os gastos sociais, com pessoal, etc, não estabelece qualquer limite para o prejuízo operacional do Banco Central, mesmo quando ele absorve dólares em queda de forma ilimitada; oferece ao mercado títulos da dívida interna a 12,75% e compra títulos da dívida norte-americana que não pagam quase nada, não importa! Não há limite para esse prejuízo e a LRF ainda ordena (em seu Art. 7º, §1º) que esse prejuízo seja integralmente coberto pelo Tesouro Nacional: se não houver recurso disponível, que se emitam novos títulos. Por outro lado, o Art. 2º §1º da Medida Provisória 2.179-36/2001 (perpetuado pelo Art. 3º da Lei 11.803 / 2008) determina que, quando o BC apura lucro operacional, este resultado positivo deve ser destinado exclusivamente ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública. É impressionante o privilégio dos rentistas!

Em resumo: quando o BC apura prejuízo operacional, o Tesouro Nacional paga a conta, sacrificando toda a sociedade. E quando o BC apura resultado positivo, o dinheiro vai para pagar a dívida.

Em suma: para os especuladores, tudo! Para o social, o sacrifício de pagar a conta!

⁴ Importante ressaltar que, a partir da edição da Medida Provisória 435, em junho de 2008, este resultado (decorrente das variações do câmbio) passou a ser divulgado separadamente do resultado principal (constante na página 2). Isto dificultou bastante a identificação do resultado efetivo do BC, que agora não aparece claramente explicitado. Tal resultado consta agora na página 47 das Demonstrações Financeiras, disponível em <http://www.bc.gov.br/htms/inffina/be200812/dezembro2008.pdf> .

Criada a CPI da Dívida na Câmara dos Deputados

Lutar para a instalação imediata da CPI, e para a investigação dos inúmeros indícios de ilegalidades do endividamento público brasileiro, especialmente em um momento de crise financeira global

Dia 8 de dezembro de 2008, o Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, criou a “Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a dívida pública da União, Estados e Municípios, o pagamento de juros da mesma, os beneficiários destes pagamentos e o seu monumental impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do País” – CPI DA DÍVIDA.

A CPI foi proposta pelo Deputado Federal Ivan Valente (PSOL/SP), que já havia recolhido as assinaturas necessárias de 1/3 dos deputados federais que apoiaram seu requerimento. Faltava apenas a decisão política do Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, que recebeu dia 13 de novembro de 2008 uma delegação de membros da Comissão para a Auditoria Integral da Dívida do Equador (CAIC), quando foi reivindicada a instalação da CPI da Dívida. Essa audiência fez parte da programação do Seminário Internacional “*Auditoria da Dívida na América Latina*” (ver matéria da página 10).

Agora os líderes dos partidos devem indicar seus representantes na CPI, quando lutaremos para que a CPI seja instalada e efetivamente investigue o endividamento. De acordo com a Constituição Federal, Art 58, § 3º, as comissões parlamentares de inquérito possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, sendo que suas conclusões serão encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores. A CPI ainda não significa o cumprimento do art. 26 das Disposições Transitórias da Constituição, que prevê a realização da auditoria da dívida, mas representa importante passo para a investigação oficial do processo de endividamento, tão almejada por todos nós.

De acordo com o artigo 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a CPI poderá, dentre outras coisas:

I - requisitar funcionários dos serviços administrativos da Câmara, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidade da administração pública direta, indireta e

fundacional, ou do Poder Judiciário, necessários aos seus trabalhos;

II - determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer a audiência de Deputados e Ministros de Estado, tomar depoimentos de autoridades federais, estaduais e municipais, e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais;

III - incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados dos serviços administrativos da Câmara, da realização de sindicâncias ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa;

IV - deslocar-se a qualquer ponto do território nacional para a realização de investigações e audiências públicas;

V - estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas da lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;

Alguns exemplos de fatos a serem investigados pela CPI:

- Endividamento externo agressivo feito pela ditadura militar, a juros flutuantes;

- Renegociações desta dívida inflada pelos juros flutuantes, incluindo os acordos com o FMI, desde os anos 80;

- Conversão desta questionável dívida em títulos Brady, em 1994;

- Surgimento e Explosão da Dívida Interna da União, Estados e Municípios a partir dos anos 90.

É fundamental que as entidades se mobilizem desde já para pressionar os líderes dos partidos na Câmara dos Deputados a indicarem seus representantes na CPI, para esta seja instalada imediatamente e comece a funcionar.

Crise Financeira: explode a dívida interna de curto prazo

Fuga de capitais leva investidores a exigir juros mais elevados e prazos cada vez menores para rolar a dívida

De dezembro de 2008 a janeiro de 2009 (apenas 2 meses), a dívida interna cresceu R\$ 87 bilhões, ou seja, o equivalente ao dobro de tudo que o governo federal gasta com saúde durante todo o ano.

Enquanto isso, as manchetes dos jornais continuam afirmando que a dívida está em queda. Afinal, o que está havendo?

Em tempos de crise financeira, os investidores procuram as aplicações consideradas como “mais seguras”, por exemplo, ironicamente, títulos do Tesouro Norte Americano. Parte dos investidores estrangeiros também têm de retirar seus recursos do país para cobrir prejuízos que sofreram em seus países de origem, com a crise financeira.

Portanto, em meio a esta crise, fica mais difícil para o governo rolar a dívida, ou seja, pagar os títulos que estão vencendo, por meio da emissão de novos títulos. Nesse cenário, os emprestadores exigem pagamento em dinheiro, ou títulos com juros elevados e prazos bem menores para receber seu dinheiro de volta.

Reflexo da Crise Financeira na Emissão de títulos da dívida interna

Período	jan-set/08	out-nov/08
Prazo	33 meses	22 meses
Taxa de juros máxima	14,91%	18,56%

Fonte: Tesouro Nacional

Desta forma, no dia 24/10/2008, o governo chegou a oferecer juros de **18,56%** ao ano para rolar parte da dívida interna, enquanto a taxa Selic estava em 13,75%. O quadro acima mostra o impacto na redução do prazo de vencimento dos títulos e aumento dos juros.

Adicionalmente, nos últimos meses, o governo tem pago em dinheiro os títulos que estão vencendo, utilizando inclusive recursos vinculados legalmente a áreas sociais, uma vez que as recentes Medidas Provisórias 435 e 450, editadas respectivamente em 26/06/2008 e 9/12/2008, desviaram estes recursos para o pagamento da dívida pública. Somente em janeiro, o governo pagou em dinheiro R\$ 54,84 bilhões aos detentores dos títulos públicos, importância superior ao montante gasto com Saúde pública no ano de 2008.

Ou seja: para os rentistas tudo, para as áreas sociais, migalhas!

A partir deste fato, a grande imprensa noticiou que a dívida interna caiu em janeiro, devido a este grande pagamento feito pelo governo.

Mas o pior de tudo isso é que a dívida não caiu. Por que?

Quando paga a dívida, o governo injeta moeda em circulação no mercado, o que, na visão do Banco Central, causaria inflação. Para recolher de volta este dinheiro, o Banco Central faz as denominadas “Operações de Mercado Aberto”. Mas o que significa isso?

Através da recente Medida Provisória 435, de junho de 2008, ficou permitido ao governo emitir, sem limite, títulos da dívida, para entregá-los ao Banco Central. E o que o Banco Central faz com estes títulos? Entrega ao mercado, através das “Operações de Mercado Aberto”, recebendo em troca dinheiro, para reduzir a quantidade de moeda em circulação, pagando os maiores juros do mundo para os investidores!

Trocando em miúdos: sempre que o governo efetua um pagamento expressivo de dívida, o Banco Central entrega títulos ao mercado, aumentando a dívida, para retirar de circulação o dinheiro que o governo acabou de pagar aos emprestadores! Aparentemente essa operação não faz sentido, mas é o que está ocorrendo! Por isso defendemos uma completa auditoria nessas operações.

Apenas entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009, a dívida interna representada pelas “Operações de Mercado Aberto” explodiu: subiu mais de R\$ 100 bilhões, passando de R\$ 270 bilhões para R\$ 381 bilhões! Estas operações possuem prazos curtíssimos, de 16 dias em média, sendo que boa parte delas são feitas pelo chamado “*overnight*”, ou seja, onde os investidores emprestam o dinheiro num dia e já recebem no dia seguinte!⁵

Somente em 2008, o Banco Central pagou ao mercado R\$ 33,6 bilhões de juros referentes a esse tipo de operações de Mercado Aberto, valor este 76% superior ao observado em 2007.

Quando divulga o estoque da dívida, o governo divulga dado distorcido que omite esta parcela da dívida interna, que possui os menores prazos, e sobre a qual paga os maiores juros do mundo! E a grande imprensa reproduz estes números distorcidos, dizendo que a dívida interna estaria em queda.

⁵ Ver <http://www.bcb.gov.br/htms/infcon/demab/ma200901/NImprensa.zip>, Planilha em excel, Quadros 4 e 11.

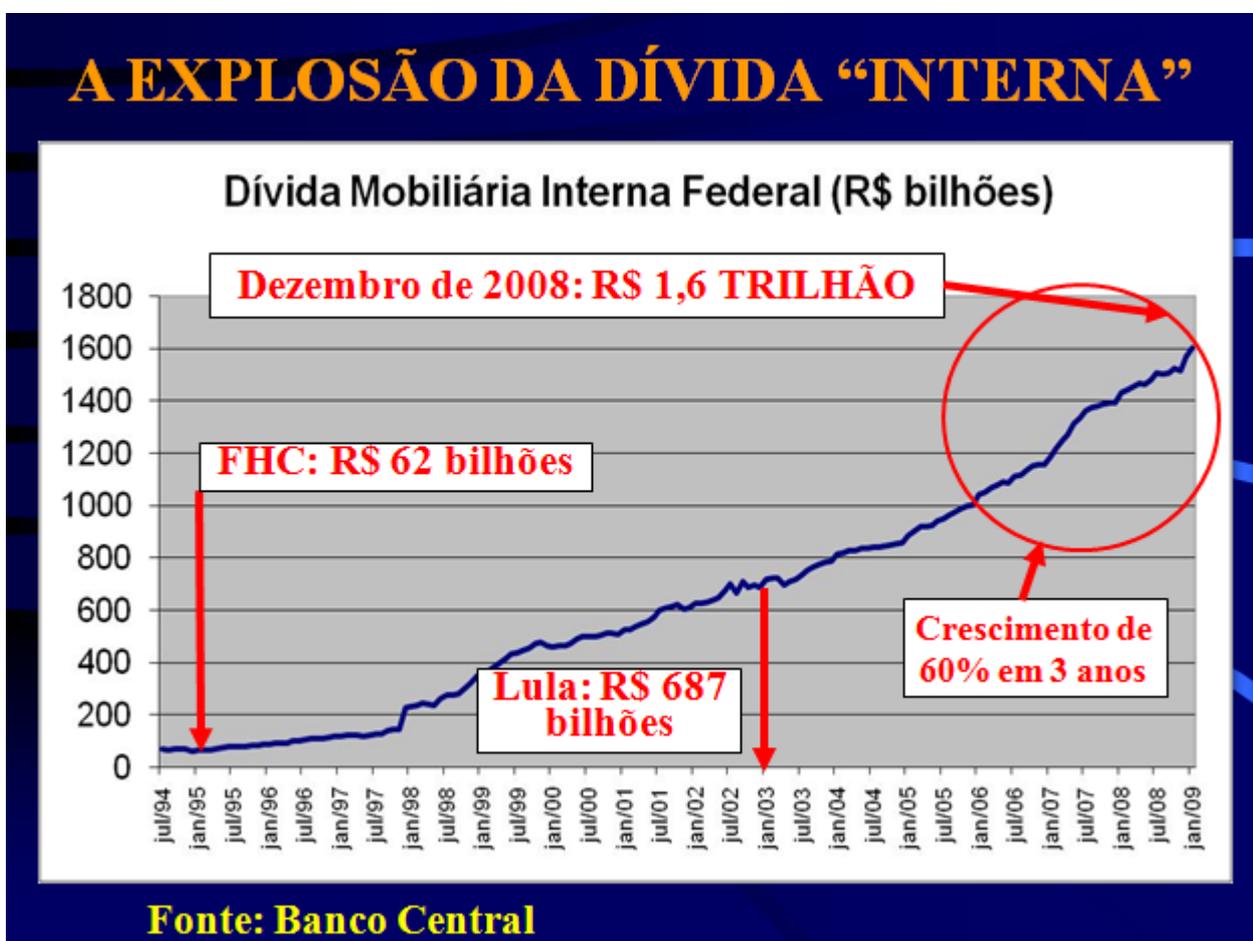
Quando consideramos os valores corretos da dívida interna, constatamos que ela está em trajetória explosiva: atingiu R\$ 1,6 TRILHÃO em janeiro de 2009, depois de ter crescido R\$ 51 bilhões em dezembro e mais R\$ 37 bilhões em janeiro. É como se a dívida crescesse por mês, em média, o equivalente a um orçamento inteiro da Saúde para o ano inteiro!

E, se o Tesouro tenta, por um lado, pagar essa dívida, por outro, o Banco Central emite mais dívida.

Ou seja: não há saída para este processo sem uma ampla e profunda auditoria, que esclareça e denuncie a gestão absurda que se está executando em relação a essa colossal dívida interna, que tem absorvido recursos de todas as fontes, sacrificando

enormemente a Nação, e ultimamente ainda passou a desviar recursos orçamentários vinculados às áreas sociais, mediante autorização dada por Medidas Provisórias!

Estes fatos nos fazem questionar: onde vamos parar? Qual o limite para os juros oferecidos aos rentistas? Já chegamos a 18,56%: até onde iremos? Qual o limite para a redução dos prazos? Qual o limite para a absorção de recursos das áreas sociais? Vale até utilizar Medida Provisória? É caso de emergência? Certamente, o momento é propício para uma investigação e tomada de atitude em relação ao endividamento público brasileiro. AUDITORIA JÁ!



Reforma Tributária: ameaça à Seguridade Social e privilégio aos rentistas

A Reforma Tributária em discussão no Congresso Nacional fragiliza a Seguridade Social, conquista histórica da Constituição de 1988.

A proposta de Reforma Tributária apresentada pelo Governo Federal no início de 2008, e prestes a ser votada pelo Congresso Nacional, não corrige a injusta estrutura tributária brasileira, que pesa sobre os mais pobres, e isenta os mais ricos. A reforma não altera esta situação e ainda representa uma ameaça ao financiamento da Seguridade Social e da Educação pública, cujas contribuições serão transformadas em impostos, acabando assim com a garantia constitucional de destinação específica das receitas arrecadadas para essas finalidades.

Portanto, a proposta de Reforma Tributária que está sendo apresentada sob o discurso de “simplificação”, na realidade, representa uma profunda alteração do sistema de financiamento da Seguridade Social (que engloba as áreas de Previdência, Assistência Social e Saúde), colocando em risco uma das conquistas mais importantes da Constituição Federal de 1988.

O que está por trás desta proposta de Reforma Tributária? Uma disputa de recursos públicos entre as áreas sociais e o setor financeiro, que já absorve a maior fatia para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública e quer ainda mais: quer aumentar seu quinhão para atingir o denominado “déficit nominal zero”. E de onde sairão os recursos para isso?

Conforme mostrado no início deste Boletim, o maior gasto do orçamento federal é com juros e amortizações das dívidas interna e externa (30,57%), que supera em várias vezes os gastos de áreas sociais fundamentais que atendem milhões de brasileiros, como saúde (4,81%), educação (2,57%) ou reforma agrária (0,27%). O único gasto social que se aproxima do gasto com endividamento é o da Previdência Social (que inclui o INSS e também as aposentadorias e pensões dos servidores públicos), que consumiu 27,84% dos recursos.

Atualmente, os gastos com a dívida são tão elevados que apesar do superávit primário anual de cerca de 4,25% do PIB, este não tem sido

suficiente para cobrir a totalidade dos juros e amortizações que vencem a cada período, tendo o governo lançado mão de contínua emissão de novos títulos da dívida que são utilizados para “rolar” esses compromissos que estão vencendo. Por esta razão, a dívida representa uma verdadeira bola de neve, que sobe sem parar, sendo que a dívida interna cresceu, só em dez/2008 e jan/2009, R\$ 87 bilhões (o dobro do que foi gasto na saúde em 2008), tendo atingido a marca dos R\$ 1,6 TRILHÃO.

Diante disso, o governo possui duas opções: uma seria seguir o exemplo exitoso do Equador, questionando este endividamento - que possui diversos indícios de ilegalidades - através de uma ampla e profunda auditoria, prevista na Constituição Federal do Brasil, porém jamais realizada. No caso equatoriano, a auditoria oficial demonstrou, com base em provas e documentos, que a dívida comercial contratada com bancos privados internacionais significou uma sangria de recursos da ordem de US\$ 7,13 bilhões e o Equador nunca recebera os recursos que na realidade foram fruto de negociações feitas diretamente no exterior. Por essa razão, tomou a decisão soberana de suspender o pagamento de juros dos Bonos Global, face atual dessa dívida com bancos privados internacionais.

O caminho inverso é reduzir ainda mais os recursos destinados às áreas sociais, gerando superávits primários (reserva de recursos do orçamento para o pagamento da dívida) maiores ainda, que são destinados ao pagamento da dívida. Na linguagem econômica, isto representaria a obtenção do chamado “Déficit Nominal Zero”.

Infelizmente, esta tem sido a opção adotada pelo governo brasileiro, que para tanto, tem retirado recursos das áreas sociais, utilizando até de Medidas Provisórias. Olhando o gráfico da página 2 deste Boletim, fica claro que a área social que mais possui recursos é a Previdência, razão pela qual ela se torna o alvo para ceder suas fontes de arrecadação para o pagamento da dívida.

A Reforma Tributária unifica as contribuições PIS (Programa de Integração Social, hoje destinado ao Seguro-Desemprego), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), Salário-Educação e CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, destinada à infra-estrutura de transportes) em um único imposto: o IVA-F (Imposto sobre Valor Agregado Federal). A Reforma também incorpora a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) ao IRPJ (Imposto de Renda – Pessoa Jurídica). Para tentar recompor os recursos da Seguridade e da Educação, a Reforma Tributária prevê que estas áreas serão ressarcidas por determinados percentuais do bolo arrecadado pelos impostos IVA-F, Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados.

Assim, as constantes reivindicações dos empresários por uma redução na carga tributária deixarão a Seguridade mais vulnerável, pois caso se reduza qualquer imposto federal, ela será afetada. Além do mais, se colocará os recursos da Seguridade Social num mesmo bolo de receitas das transferências aos Estados e Municípios. Ou seja: qualquer reivindicação de aumento nas transferências constitucionais para os entes federados, se aprovada, necessariamente retirará recursos da Seguridade.

Além do mais, não se pode garantir que o novo IVA-F gerará os recursos suficientes ao financiamento da Seguridade, e, dado que a prioridade principal do orçamento é o pagamento da dívida, está claro que a Seguridade seria o fator de ajuste, especialmente em um período de grave crise econômica mundial que tem provocado a forte redução na arrecadação.

Neste cenário de crise, torna-se quase impossível politicamente o aumento da carga tributária como um todo (devido à pressão dos setores empresariais), o que inviabilizaria qualquer aumento nos recursos da Seguridade Social, impedindo, por exemplo, o atendimento de demandas históricas dos aposentados, como o fim do fator previdenciário ou a recuperação dos benefícios, fortemente defasados. Isto porque, a partir da promulgação da Reforma, quase toda a

carga de tributos teria de subir para garantir recursos adicionais à Seguridade.

Atualmente, a Seguridade Social é altamente superavitária, sendo que em 2007 suas receitas foram R\$ 61 bilhões superiores às despesas com Previdência, Saúde e Assistência Social. Ou seja: não procede o argumento de “Déficit da Previdência”, sempre propalado pelos defensores das reformas neoliberais, que retiram direitos dos trabalhadores. O verdadeiro problema é que a Seguridade Social tem grande parte de seus recursos desviados pela chamada “DRU” (Desvinculação das Receitas da União, que está sendo garantida e facilitada pela Reforma Tributária), para viabilizar a obtenção das metas de superávit primário e o pagamento da dívida. A denúncia deste mecanismo sempre desmoralizou as recentes propostas de Reforma da Previdência, e representa poderoso argumento em favor da Seguridade Social.

A PEC da Reforma Tributária visa destruir este argumento dos movimentos sociais, de modo a facilitar futuras Reformas da Previdência, fragilizando as fontes de recursos da Seguridade Social, jogando-as em um bolo comum, arrecadado por impostos, que por natureza, não possuem destinação específica. Desta forma, o falacioso discurso de “déficit da previdência” será fortalecido.

A Seguridade Social não pode ser fragilizada. Ela deve ser ampliada, de modo a garantir Saúde, Previdência e Assistência social com qualidade para todos, e não ser alvo de uma Reforma que fragiliza ainda mais seus recursos.

Por fim, é importante ressaltar também que a proposta de Reforma Tributária possui muitos outros pontos negativos, como a fragilização da fiscalização tributária por meio da inclusão do “Código de Defesa dos Contribuintes”, que já demonstrou ser um benefício aos grandes sonegadores. Também está prevista a criação da “DRU” para as receitas dos estados, (a chamada “DRE”), que reduzirá os gastos estaduais com saúde e educação. Isto privilegiará mais uma vez o pagamento da dívida destes entes federados para com a União, que utiliza tais recursos para o pagamento de sua dívida junto ao setor financeiro.

Reforma Tributária prejudica ainda mais as Mulheres

Por: CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria – www.cfemea.org.br)

A Proposta de Emenda Constitucional – PEC nº 233/2008, do Poder Executivo, embora leve o nome “reforma”, nada traz de avanços rumo à justiça tributária e social. Pelo contrário: tende a prejudicar grupos mais vulneráveis, como as mulheres, e toda a população que depende da Seguridade Social brasileira.

Isso porque, com a aprovação da Reforma, as fontes de financiamento da Seguridade deixarão de ser específicas; ela terá que disputar orçamento com outras áreas e fundos (de força política e interesses diversos), sofrendo sério risco de perda de suas receitas. Com isso ela deixará de assegurar proteção à sociedade pelos mecanismos mais diretos, como ocorre nas políticas de saúde, assistência e previdência sociais.

Para as mulheres a situação se agrava, já que é a Seguridade Social que viabiliza o financiamento de serviços públicos que as desoneram da dupla jornada de trabalho (afazeres domésticos e cuidados com crianças, doentes e idosos). A proteção social ao trabalho das mulheres, especialmente das mulheres negras (que são sujeitas a múltiplas formas de discriminação no mercado de trabalho) – é fundamental para que elas possam alcançar a autonomia econômica.

Desde 2007 organizações de mulheres, urbanas e rurais, se articulam no *Fórum Itinerante das Mulheres em Defesa da Seguridade Social*, que lançou Carta Aberta com suas diretrizes e reforçando a luta pelo reconhecimento da desigualdade de gênero, que ainda ocasiona discriminação das mulheres na esfera pública e no mundo da produção econômica; e pela valorização do tempo de trabalho das mulheres na reprodução social.

Vivemos um tempo em que equidade de gênero não pode ser discurso, mas deve ser vivência que conduz à consolidação de uma sociedade democrática. Por isso:

- Reafirmamos nosso posicionamento sobre os desvios da política de Seguridade Social no Brasil e sobre **a ameaça aos direitos sociais e das mulheres trabalhadoras, representada pela Reforma Tributária** em debate no Congresso Nacional;
- **Somos contra qualquer reforma que tire direitos e aumente a desproteção** a que já estão submetidas, hoje, mais de 30 milhões de mulheres e cerca de 40 milhões de trabalhador@s;
- **Defendemos um sistema previdenciário universal, que garanta direitos e proteção social a todas as pessoas** que trabalham na produção e na reprodução social, dentro e fora de casa, independente de contribuição!
- **Somos contra toda proposta de separação entre Previdência urbana e rural**, que fere a integralidade do sistema previdenciário e deixa de reconhecer o direito à aposentadoria rural como um direito do trabalho para as camponesas e trabalhadoras rurais!
- **Somos, portanto, contra as propostas de Reforma Tributária que visam à destruição do orçamento da Seguridade Social**, alterando suas fontes de financiamento pela alteração no artigo 195 da Constituição Federal!
- **Convocamos todos os movimentos sociais e setores organizados da sociedade a somar-se a nós em defesa da proteção social ao trabalho das mulheres e da política de Seguridade Social universal, pública, solidária e redistributiva!**

Fonte: Carta Aberta do FIPSS, disponível em no site do CFEMEA: www.cfemea.org.br .

Os resultados da Auditoria da Dívida Equatoriana

Seminário Internacional “Auditoria da Dívida na América Latina”

Dias 12 a 14 de novembro de 2008, foi realizado em Brasília Seminário Internacional para divulgar os resultados da auditoria equatoriana, e as auditorias que surgem no continente.

O evento foi uma iniciativa da Red Latindadd e da Auditoria Cidadã da Dívida, que contou com o apoio de entidades nacionais e internacionais, especialmente o Conselho Latino-americano de Igrejas (CLAI).

A primeira parte do Seminário Internacional foi realizada no Parlamento brasileiro, dia 12 de novembro, pela manhã, em uma Audiência Pública da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Presidiu a Audiência o Presidente da Comissão, Deputado Pedro Eugênio (PT/PE) e a Deputada Federal Luciana Genro (PSOL/RS), autora do requerimento de realização da Audiência. Os expositores foram: Maria Lucia Fattorelli (Auditoria Cidadã da Dívida no Brasil e Membro da Comisión para la Auditoria Integral del Credito Publico do Equador-CAIC), Wilma Salgado (Ex-Ministra de Finanças do Equador), Inês Arias (Jubileo Peru), Roberto Colman (Comissão de Auditoria da Dívida do Paraguai) e Hugo Arias (Presidente da Rede Latindadd e Membro da CAIC/Equador).

O objetivo central da Audiência Pública foi divulgar aos parlamentares brasileiros e ao público em geral a experiência de auditorias realizadas por países da América Latina, mostrando a viabilidade deste instrumento como uma alternativa de ação frente à dívida, que permite o acesso a documentos e o conhecimento da realidade sobre o processo de endividamento, propiciando a tomada de decisões soberanas. De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, cabe ao Congresso Nacional a realização desta auditoria que, no entanto, jamais foi realizada. Foi destacada a experiência da Comisión para la Auditoria Integral del Credito Publico do Equador (CAIC) como um exemplo a ser seguido pelo Brasil que, caso realize sua auditoria, fortaleceria imensamente esta iniciativa em todos os demais países latino-americanos.

O Seminário Internacional “Auditoria da Dívida na América Latina” prosseguiu sua realização no Auditório do Conselho Federal de Contabilidade em Brasília, nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2008.

A Vice-presidente do Conselho Federal de Contabilidade, e anfitriã do evento, Dra. Sílvia Cavalcante, saudou os participantes do seminário e ressaltou a importância da iniciativa da auditoria equatoriana para a classe contábil. Citou os

importantes apoios que o Conselho tem dado à Auditoria Cidadã da Dívida, a exemplo da impressão de 12 mil cartilhas “ABC da Dívida” e da disponibilização da infra-estrutura para o evento. Os representantes equatorianos (Wilma Salgado, Hugo Arias e Angel Bonilla) também saudaram os participantes, e destacaram a importância deste evento histórico, pela sua realização em um contexto de divulgação e conclusão dos trabalhos da comissão de auditoria da dívida equatoriana. A representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Dra. Patrícia Junqueira, ressaltou a contribuição da OAB sobre o tema, em especial a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 59/2004, impetrada pela Ordem junto ao Supremo Tribunal Federal, que busca exigir do Congresso Nacional o cumprimento do Artigo 26 das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, que prevê a auditoria da dívida.

O primeiro painel do Seminário, no dia 12 de novembro, debateu a crise financeira e seus impactos sobre o endividamento. Foi coordenado por Milton Temer (Fundação Lauro Campos), tendo como palestrantes Eric Toussaint (Comitê para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo - Bélgica) e Nildo Ouriques (Economista – UFSC). Foi ressaltada a total falácia do sistema neoliberal, no momento em que fica patente a falência do “livre mercado”, e o Estado é chamado a socorrer aqueles que sempre pregaram radicalmente a não-intervenção estatal na economia.

O segundo painel do Seminário teve como coordenadora Assunta Bergamasco (Presidente da ANFIP), e como expositores Maria Lucia Fattorelli (Auditoria Cidadã da Dívida no Brasil e Membro da CAIC/Equador) e Franklin Canellos (Conselho Latino-americano de Igrejas e Vice-presidente da CAIC/Equador). Foram discutidos os aspectos históricos e políticos da Comisión para la Auditoria Integral del Credito Público do Equador (CAIC), que se realizou graças à mobilização de décadas dos movimentos sociais equatorianos. O Decreto de criação da auditoria concedeu poder à Comissão de Auditoria para requisitar informação a qualquer órgão público, que estaria na obrigação de fornecê-la. Isto permitiu o acesso à documentação referente ao endividamento, e as grandes descobertas da CAIC.

No dia 13 de novembro, prosseguiu-se a exposição das descobertas e resultados da CAIC, em um painel sobre seus aspectos financeiros e contábeis. Coordenou este painel a economista Maria Eulália Alvarenga (Sindicato dos Economistas de Minas Gerais), e os expositores foram Rodrigo Ávila (Auditoria Cidadã da Dívida) e Hugo Arias

(Latindadd e CAIC). Foi mostrado em detalhe como os dados foram trabalhados, e como se chegou às principais conclusões, destacando-se a análise dos fluxos financeiros da dívida externa equatoriana. Ficou patente que a dívida, longe de significar a entrada de recursos no país e o financiamento do desenvolvimento, significou, na realidade, uma perversa sangria de recursos.

A seguir, foi realizado painel sobre os aspectos jurídicos da CAIC, que contou com Ana Mary da Costa Lino Carneiro (Instituto de Defesa dos Direitos Humanos) como coordenadora, Angel Bonilla (CDES/CAIC) e Franklin Rodrigues da Costa (Instituto de Direito Comparado e Internacional de Brasília) como expositores. Foram detalhados os argumentos jurídicos utilizados no questionamento da dívida equatoriana.

Na tarde do dia 13, ocorreu painel sobre casos de auditoria ocorridos em países latino-americanos, com a coordenação de Ivo Poletto (Pastorais Sociais). Os expositores foram Ines Arias (Jubileo Peru), Beverly Keene (Argentina / Rede Jubileu Americas), Patricia Miranda (Fundação Jubileu-Bolivia) e Roberto Colman (Frente Social e Popular – Paraguai). A exposição destes casos serviu como base para os trabalhos em grupo, a seguir, que estabeleceram propostas concretas de ação para a realização das auditorias das dívidas.

Fechando o Seminário, foi realizado painel, na manhã de sexta feira (dia 14 de novembro), que buscou estabelecer as estratégias para as redes internacionais no trabalho de luta pelas auditorias da dívida. Coordenou este painel Romulo Torres (Rede Latindadd), e os expositores foram Angel Bonilla (CDES/CAIC), Eric Toussaint (CADTM/Belgica), Maria Lucia Fattorelli (Auditoria Cidadã da Dívida / CAIC), Franklin Canellos (CLAI/CAIC) e Ivo Poletto (Jubileo Brasil e Pastorais Sociais).

Ao final do evento, foi aprovado o Comunicado do Seminário, que se encontra disponível na página da Auditoria Cidadã na internet (www.divida-auditoriacidada.org.br).

No dia 13 de novembro, o Presidente da Câmara dos Deputados recebeu em audiência uma delegação do Equador, que explicou a importância da Auditoria equatoriana, e do significado, para a América Latina, de um procedimento semelhante que deveria ser realizado pelo Brasil, em cumprimento à Constituição Federal.

Foi reivindicada a instalação da CPI da Dívida Pública, que já contava com as assinaturas necessárias de parlamentares. Dia 8 de dezembro de

2008, a CPI foi criada pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

No Fórum Social Mundial 2009, foi realizado o Seminário “Auditoria da Dívida na América Latina e a CPI da Dívida no Brasil”

O evento contou com a presença de cerca de 500 pessoas, e seu objetivo foi alcançado, divulgando-se a experiência soberana e histórica da Comissão de Auditoria Oficial da Dívida Equatoriana (CAIC), e demais iniciativas de auditoria que estão se iniciando na Bolívia, Venezuela e Paraguai. O evento visou também estimular e organizar a intervenção da sociedade civil na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Dívida Pública, criada no Congresso Nacional do Brasil em dezembro de 2008.

Participaram como palestrantes Eric Toussaint (Comitê para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo/Bélgica e membro da CAIC), Ivan Valente (Deputado Federal – PSOL/SP, proponente da CPI da Dívida), Maria Lucia Fattorelli (Auditoria Cidadã da Dívida do Brasil e membro da CAIC), Babá (Ex-Deputado Federal / Unidos para Lutar – Conlutas) e Ricardo Ulcuango (ex-deputado equatoriano e membro da CAIC). Coordenou os trabalhos Rosa Emilia Salamanca, da Rede Latindadd.

Dentre as deliberações aprovadas, destaca-se a mobilização das entidades e movimentos sociais para o acompanhamento da CPI da Dívida no Congresso Nacional, de modo a pressionar os parlamentares a efetivamente investigarem o endividamento. Também foi proposta e aprovada por aclamação moção de apoio a Maria Lucia Fattorelli, por sua atuação na Comissão de auditoria da dívida do Equador, na subcomissão de dívida comercial, repudiando as infâmias contidas em matéria publicada pelo jornal O Globo de 30 de novembro de 2008.

Durante o evento, foram lançados e distribuídos os mais recentes materiais da Auditoria Cidadã da Dívida, relacionados ao Seminário Internacional "Auditoria da Dívida na América Latina", realizado em Brasília, nos dias 12 a 14 de novembro de 2008. Um deles é o livro do Seminário, que conta com artigos de todos os palestrantes, fotos e os desdobramentos do evento. Também foi distribuído o folheto "*Auditoria da Dívida: Uma Realidade na América Latina*", que mostra as iniciativas de auditorias oficiais da dívida em países da América Latina, a partir do exemplo do Equador. O folheto também mostra a urgência da auditoria da dívida em um contexto de crise financeira mundial.

O livro e o folheto do Seminário se encontram na página:

http://www.divida-auditoriacidada.org.br/config/artigo.2009-02-04.3271361290/document_view

Equador suspende pagamentos aos bancos privados internacionais e conclama demais países a também auditarem suas dívidas

<http://www.ecuadorinmediato.com/noticias/98574>

Política Exterior

Data: 2009-02-23 09:13:16

Banca internacional teme auditoria da dívida como a feita pelo Equador

Assim afirma o Presidente Rafael Correa



Ampliar foto



Imagen

Quito,(EFE).- O presidente do Equador, Rafael Correa, afirmou hoje que a banca internacional "está tremendo" frente à possibilidade de que outros países da América Latina façam como seu Governo e auditem a dívida externa. Correa criou uma comissão que investigou as origens e o uso da dívida externa nestes país andino, onde se detectou no processo indícios de ilegalidade nas contratações. Desta forma, o presidente do Equador insistiu que não pagará a dívida que considera ilegítima e instou a outros países a seguir esta decisão de seu Governo, a respeito da investigação sobre os passivos internacionais.

Neste sentido, destacou que na reunião de parlamentares latino-americanos realizada esta semana na cidade

equatoriana de Cuenca (sul), se instou à investigação do processo de contratação da dívida externa.

Correa disse que na reunião se decidiu "*exortar aos países latino-americanos para que investiguem a procedência jurídica de sua dívida externa*", pelo que, na sua opinião, "a banca internacional está temerosa".

Segundo o chefe de Estado, "se todos os clientes, ou vítimas, mais exatamente, destes especuladores financeiros nos revelamos, o problema é para os especuladores financeiros".

Na reunião de parlamentares em Cuenca, também se propôs "*impulsionar, na comunidade internacional, a criação de sistemas de fiscalização financeira e de mercados, com a finalidade de fortalecer e garantir a eficácia, transparência, solidariedade e equilíbrio da economia mundial*".

Entre as principais resoluções se incluem "a vontade de traduzir a vocação latino-americana em uma maior integração regional, ressaltando nossas tradições, costumes e idioma comuns".

Insta, também, a gerar iniciativas para consolidar uma "banca supranacional", para atender as necessidades de financiamento para o desenvolvimento dos países da região.

O documento foi subscrito pelos presidentes dos poderes legislativos do Equador, Fernando Cordero; da Argentina, Julio César Cleto; da Bolívia, Óscar Miguel Ortiz; da Colômbia, Hernán Andrade; de Cuba, Ricardo Alarcón; e do México, César Duarte.

Também pelas presidentes do Parlamento Andino, Ivonne Baki; da Confederación Parlamentaria de las Américas, Selva Judit Fortsmann; e o presidente altermo del Parlamento Latinoamericano, Amilcar Figueroa.

Sociedade civil mostra a verdadeira face do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): motor da desigualdade

Por: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais (www.rbrasil.org.br)

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) comemora bodas de ouro em 2009. Após 50 anos de existência, fica explícito que este Banco não conseguiu cumprir o objetivo principal de sua criação: promover o desenvolvimento econômico, social, individual e coletivo de seus países membros (América Latina e Caribe). Prova disso é que nesta região encontram-se alguns dos maiores índices de desigualdade social de todo o mundo (vale lembrar que o Brasil continua sendo um dos países campeões de desigualdade no mundo).

Com a proposta de evidenciar que o discurso exitoso do BID de “metas cumpridas”, “lições aprendidas” e outras avaliações neste sentido é falacioso, 42 organizações da sociedade civil de 13 países latino-americanos e caribenhos preparam uma grande mobilização em Medelim, na Colômbia, entre os dias 25 e 27 de março. Esta atividade acontece paralelamente à 50ª Assembléia Anual de Governadores do BID, que acontece na mesma cidade entre os dias 27 e 31 de março.

Enfatizando três aspectos (crítica ao modelo de desenvolvimento; o tratamento privilegiado ao setor privado em detrimento das reais necessidades das populações; e o falso discurso populista), as demandas da Campanha contra o BID incluem:

1 - Iniciar um processo de auditoria integral das dívidas públicas dos diferentes países da América Latina e Caribe;

2 - Paralisar o financiamento de projetos como agrocombustíveis, energia nuclear, energia fóssil e as privatizações das empresas estratégicas e de direitos humanos fundamentais, como água, saúde e educação, dentre outros, evidenciando as dívidas ecológicas e sociais geradas por estes créditos;

3 – O cumprimento dos mecanismos de medição de riscos e impactos sociais e ambientais;

4 - Abrir um processo democrático de decisão e controle social frente a qualquer endividamento futuro com bancos multilaterais;

5 – Avançar na construção de alternativas de financiamento soberano, particularmente considerando o contexto atual de crise financeira.

Entre as atividades programadas destaca-se a realização da *Assembléia de Afetados e Afetadas pelo BID*, onde serão apresentados e debatidos casos exemplares do que tem significado para as populações e o meio ambiente a atuação do BID na região. Os casos confirmados até o momento são: a usina hidrelétrica de Cana Brava (Brasil), o gasoduto Camisea (Peru), AIDESCE (Via Transoceânica), o Eixo Interoceânico (Equador) e a Carretera Santa Cruz (Bolívia), dentre outros.

Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o caso da construção da usina hidrelétrica de Cana Brava, que atingiu 800 famílias, é emblemático porque explicita como as políticas do BID pioram as condições de vida da população. O BID aprovou um empréstimo de US\$ 75 milhões para a obra, cujo enchimento do lago ocorreu em 2002. Até hoje há problemas pendentes em relação ao reassentamento de famílias atingidas.

Através de um Mecanismo de Investigação Independente (MII) – um levantamento interno de informação adotado pelo Banco para verificar o cumprimento das políticas e normas do Banco -, apresentado por um grupo de atingidos do MAB, o próprio BID reconheceu que não cumpriu as suas políticas de reassentamento das famílias. Apesar de concluir que o Banco não tomou as

medidas de cautela e de acompanhamento para evitar os prejuízos das populações e de que houve “erros de julgamento”, a Tractebel Energia S.A. (atualmente Suez Energia), que tomou o financiamento junto ao BID, quitou o financiamento para não compensar as famílias. “Isso mostra como os mecanismos do Banco são ineficientes, prova que, na

realidade, não existe garantia nenhuma para as populações atingidas pelas obras financiadas por ele”, afirma o movimento. Outro problema levantado pelo MAB é a falta de transparência do BID. Com a alegação de “razões imperiosas de confidencialidade”, o Banco não divulgou o relatório do MII.

BID.50
Cincuenta años financiando la
Desigualdad

IDB.50
Fifty years financing
Inequality

BID.50
Cinquenta anos financiando a
Desigualdade

Paraguai também fará auditoria da dívida

A auditoria da dívida de Itaipu pode beneficiar também o Brasil, que também está arcando com o pagamento de uma dívida ilegítima aos rentistas.

Recentemente, o Paraguai anunciou sua intenção de também realizar auditoria de sua dívida externa, composta principalmente pelo endividamento com o Brasil, referente à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Itaipu é binacional, composta de 50% de participação da empresa ANDE (do Paraguai) e 50% da Eletrobrás (Brasil), e tinha uma dívida de US\$ 19,5 bilhões, ao final de 2007. Destes US\$ 19,5 bilhões, 57,3% são devidos ao Tesouro Brasileiro, 42,5% à Eletrobrás e 0,2% a outros emprestadores⁶. Portanto, na prática, o Paraguai (por meio de sua participação em metade de Itaipu) possui uma dívida com o Brasil. Esta dívida é paga, em última instância, pelos povos paraguaio e brasileiro, quando pagam a conta de luz, cujos recursos são destinados a cobrir o custo de geração de energia de Itaipu. E o principal componente deste custo é o pagamento da dívida junto ao Brasil, referente à construção da usina.

Esta dívida de Itaipu possui muitas ilegalidades, que devem ser investigadas pela auditoria. A primeira delas refere-se ao imenso sobre-preço da obra, inicialmente orçada em US\$ 2 bilhões e que acabou custando US\$ 20 bilhões, ou seja, 10 vezes mais. Outra ilegalidade é a alta taxa de juros e a atualização monetária que incidiu por décadas sobre o estoque dessa dívida: 7,5% ao ano mais a inflação norte-americana. Como resultado disso, até hoje Itaipu pagou de serviço desta dívida US\$ 25 bilhões, ou seja, 12 vezes seu custo orçado inicial, e ainda assim a dívida hoje está em quase US\$ 20 bilhões! Caso não se altere esta situação, Itaipu pagará ao todo US\$ 63 bilhões por uma obra que deveria ter custado US\$ 2 bilhões!

Um dos principais argumentos utilizados por parte da grande imprensa brasileira contra uma eventual anulação da dívida de Itaipu com a Eletrobrás e o Tesouro brasileiro é que **“o povo brasileiro vai pagar pela dívida do Paraguai”**. **Este argumento é equivocado**, pois, como veremos, os recursos pagos por Itaipu ao Brasil são destinados, principalmente, para o pagamento da dívida interna e externa do Brasil. Uma dívida igualmente questionável, que consome a maior parte do orçamento brasileiro, e que em nada beneficia ao povo, mas aos emprestadores nacionais e internacionais. Em 2008, mais de 30% do orçamento federal brasileiro foi destinado ao pagamento da dívida, enquanto os gastos com saúde foram de 4,81%, com educação 2,57%, e com Reforma Agrária 0,27%.

No caso dos pagamentos de Itaipu para a Eletrobrás, importante ressaltar a notícia do jornal Valor Econômico, de 10/12/2008, com o título **“Brasil rechaça assumir dívida de Itaipu”**, que diz:

Conforme explicaram fontes do governo brasileiro, a principal resistência [à revisão da dívida de Itaipu] parte da equipe econômica. A dívida para a construção da usina hidrelétrica não foi assumida pelos governos, mas pela empresa binacional criada para gerir Itaipu. Hoje ela paga cerca de US\$ 1 bilhão por ano à Eletrobrás, sua principal credora, e a estatal tem contado com esse dinheiro para cumprir suas metas de superávit primário, contabilizado pela União.

Ou seja: os pagamentos de Itaipu à Eletrobrás servem para cumprir as metas de superávit primário, e não para cumprir metas sociais para o povo brasileiro. Importante

⁶ Página 12 das “Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis”, disponível em http://www.itaipu.gov.br/files/file/b_geral/Notas_demonstracoes_contabeis.pdf

ressaltar que, a cada ano, os pagamentos totais da dívida do Brasil a seus emprestadores internos e externos representa cerca de 120 vezes mais que os pagamentos de Itaipu à Eletrobrás. Assim, o verdadeiro problema das contas públicas do Brasil não é, de nenhuma maneira, um possível não pagamento da dívida ilegítima de Itaipu à Eletrobras, mas a dívida financeira do governo brasileiro com os emprestadores privados.

No caso dos pagamentos de Itaipu ao Tesouro brasileiro, estes constam no Orçamento da União classificados como “Fonte 159”, quer dizer, “Recursos de Operações Oficiais de Crédito – Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos”. Na legislação orçamentária, os recursos desta fonte são destinados, exclusivamente, ao pagamento de amortizações, juros e encargos da dívida do Governo Federal.⁷

A tabela a seguir discrimina os valores pagos por Itaipu ao Tesouro, nos anos de 2004 a 2006. Foi feita uma conversão para o dólar, considerando a taxa média de câmbio em cada ano.

Pagamentos de Itaipu ao Tesouro brasileiro, nos anos de 2004, 2005, e 2006, em Reais e em Dólares

Ano	Pagamentos (R\$)	Pagamentos (US\$)
2004	2.634.191.630	900.578.335
2005	2.399.693.791	987.528.309
2006	2.590.541.825	1.188.321.938

Fonte: Informações Complementares aos Projetos de Lei Orçamentária de 2007 e 2009. Taxa média de câmbio: Ipeadata. Foram considerados os pagamentos referentes aos Contratos 424-TN y 425-TN, que regulam o pagamento de Itaipu ao Tesouro.

Assim, verificamos que, além dos pagamentos à Eletrobrás, Itaipu paga mais cerca de US\$ 1 bilhão anualmente ao Tesouro. Apesar disso, a dívida não se reduz, pois a taxa de juros é de 7,5% ao ano, ou seja, somente os juros devidos todos os anos

representam cerca de US\$ 1,5 bilhão, o que é insustentável.

Assim, é correto concluir que o alto preço da energia elétrica, pago principalmente pelos pequenos consumidores do Brasil e Paraguai, e destinado a Itaipu, é direcionado ao pagamento da dívida de Itaipu ao Tesouro brasileiro e à Eletrobrás, que, por sua vez, destinam seus recursos, preponderantemente, ao pagamento da dívida interna e externa brasileira a seus emprestadores.

Em suma: a dívida financeira gera graves impactos sociais e ambientais, pois os recursos necessários para o pagamento desta dívida são obtidos por meio da geração de energia elétrica, pelo Brasil e Paraguai, e são pagos pelo povo brasileiro e paraguaio, nas altas tarifas de energia, em benefício de poucos rentistas.

Ou seja: a verdade é oposta ao argumento da grande mídia que defende interesses financeiros. A manutenção da dívida de Itaipu, sem nenhuma auditoria, é que vai fazer o povo brasileiro continuar pagando, e muito caro.



A anulação da dívida de Itaipu favoreceria os povos brasileiro e paraguaio

⁷ Ementário de Classificação de Receitas Orçamentárias – Ministério do Planejamento.